

# PASTORAL DA TERRA

Julho a Setembro de 2022    Ano 47 – Nº 256

Foto: Barack Fernandes - Contag



## Lançamento da Campanha Contra Violência no Campo mobiliza sociedade civil, organizações e candidaturas

Págs.: 8 e 9

**Campanha De Olho Aberto Para Não Virar Escravo celebra 25 anos**

Pág.: 7



Foto: Mário Manzi



## EDITORIAL

## Ação, memória e diversidade

Unidos pela defesa de direitos dos povos do campo, das águas e das florestas, dezenas de organizações e movimentos sociais se juntaram para formar a Campanha Contra a Violência no Campo. A ação coletiva, também agregou o compromisso de diversas candidaturas pelo país, que pactuaram em atuar em contraposição ao acirramento dos conflitos no campo brasileiro. Nesta edição, você pode conferir mais detalhes da campanha de lançamento da campanha - e dos pontos de ação - nas páginas 8 e 9. Os dados sobre violência são evidenciados em atividades ocorridas nos meses de junho e julho, como a audiência final do Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado, e o lançamento da publicação Assassinatos na Pan-Amazônia, durante o X Fórum Social Pan-Amazônico, como você pode conferir nas páginas 5 e 6 respectivamente.

No mês de julho também ocorreu a atividade de celebração aos 25 anos da Campanha De Olho Aberto Para Não Virar Escravo, que lembrou a importância da carta pastoral "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social", de Dom Pedro Casaldáliga, que este ano completa 51 anos.

A diversidade é tema do qual se dedica a página 11 desta edição. Com o lema "Luta e Resistência Camponesa LGBTI em Rondônia", cerca de 50 pessoas LGBTQIA+ da Via Campesina no Brasil estiveram reunidas no estado rondoniense para discutir temáticas de gênero e diversidade, no contexto de luta dos movimentos.

Neste contexto de eleições, o debate sobre a participação das mulheres na política é objeto de análise sobre as formas de desigualdade baseada na discriminação sexista. Para aprofundar mais sobre o tema, confira o texto da página 12.

Tenha uma boa leitura! "A tua palavra é lâmpada que ilumina os meus passos e luz que clareia o meu caminho." (Salmos 119:105)



## PUBLICAÇÕES

## Conflitos, Massacres e Memória dos Lutadores e Lutadoras do Cerrado

A publicação Conflitos, Massacres e Memória dos Lutadores e Lutadoras do Cerrado, lançada pela Articulação das CPTs do Cerrado, apresenta ao público análises e interpretações sobre os dados de conflitos no campo na região em períodos entre 1985 a 2021, registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC-CPT) e elaborados, parte pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (LEMTO-UFF), e parte pelo Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), da Universidade de Brasília (UnB). Apresenta, ainda, análises e memória a partir dos resgates da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Camponesa da Verdade, criada para esclarecer violações de direitos humanos no período de 1946 a 1988.

Além da denúncia sobre os conflitos, a publicação faz memória às vidas dedicadas a intensas lutas por justiça e anuncia as existências e resistências de diversos povos embrenhados nos chãos dos Cerrados.

Acesse em : <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/6087-conflitos-massacres-e-memoria>



## Relatório de Violência CIMI



O relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021, publicação anual do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foi lançado em 16 de agosto de 2022 e revela que o ano de 2021 foi marcado pelo aprofundamento e pela dramática intensificação das violências e das violações contra os povos indígenas no Brasil.

O relatório também apresenta artigos especiais que analisam a situação dos indígenas encarcerados no Brasil, a relação entre o racismo e a violência contra os povos originários e a política indigenista do governo Bolsonaro sob a ótica da execução orçamentária.

O capítulo final do relatório, dedicado ao tema da "Memória e Justiça", propõe uma reflexão sobre mecanismos de reparação e não repetição de violações contra os povos indígenas.

Para acessar o relatório, acesse : <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

**Secretaria Nacional:** Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

**Fone:** (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) / [comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br)

**Presidente**  
Dom José Ionilton

**Vice-Presidente**  
Dom Sílvio Guterres

**Coordenadores Nacionais**  
Andréia Silvério  
Carlos Lima  
Isolete Wichinieski  
Ronilson Costa

**Redação**  
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)  
Andressa Zumpano  
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0003157/GO)  
Amanda Costa (Reg. Prof.: 0004075/GO)  
Rede de comunicadores da CPT

**Jornalista responsável**  
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

**Impressão**  
LSV Produção Gráfica Ltda.

**Diagramação**  
Vivaldo da Silva Souza

**APOIO**

**Brot für die Welt**

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR  
**Development and Peace**



**MISEREOR**  
IHR HILFswerk

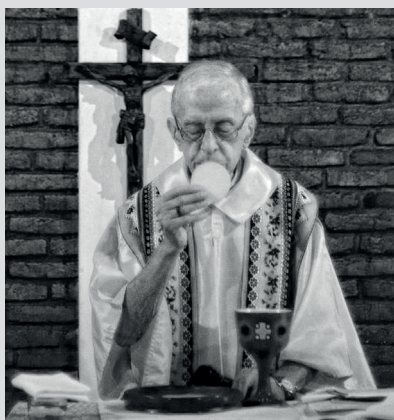
**ASSINATURAS**

Anual R\$ 10,00.  
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência 4520  
Operação 003  
Conta/DV 648-6  
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000 0006 486C 1  
SWIFT da CEF: CEFXBRSP  
Razão Social COMISSÃO PASTORAL DA TERRA  
CNPJ / PIX: 02.375.913/0001-18  
Informações [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)  
Tiragem: 3.000 exemplares





## Dois anos da páscoa de Pedro Casaldáliga



Completam-se dois anos em que o bispo Pedro passou para outra dimensão da vida, incorporando-se totalmente ao universo.

Nesta outra dimensão Pedro continua a expandir sua espiritualidade carregada de sensibilidade para com os excluídos e marginalizados deste mundo. Suas energias, suas palavras, seus poemas continuam a ecoar mundo afora e suscitam gritos de profecia, abraços de fraternidade, e afagos de ternura. Pela sua coerência em tudo o que fazia, “Na vida e na morte, Pedro sacode a Igreja”, escrevi num texto após sua morte e sepultamento naquele primeiro cemitério de São Félix do Araguaia (MT).

Após a morte, nesta nova dimensão da vida, onde “não há mais choro, nem dor, pois a antiga ordem já passou” (Apoc 21, 4), ele ainda sacode consciências não só na igreja, mas nos setores da sociedade, crentes ou não, que buscam e lutam por um mundo mais fraterno e justo, no qual todos e todas tenham sua dignidade respeitada e sua vida valorizada.

Por Antônio Canuto (membro fundador da CPT e amigo de Pedro)

## Delegação do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza visita cidades no Pará

Para averiguar violações aos direitos da natureza e dos habitantes da Amazônia, uma delegação do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza percorreu as cidades de Altamira, Anapu e Marabá, no Pará, entre os dias 18 e 27 de julho. Vindos do Brasil e de outros países, os “juízes éticos” (como são chamados os membros do Tribunal) visitaram aldeias, áreas rurais e comunidades protetoras de um dos biomas mais ameaçados do mundo e em processo acelerado de degradação.

Os veredictos do Tribunal, mesmo sem efeitos jurídicos, são formulados como peças de acusação e podem ser levados aos mais altos níveis do Sistema de Justiça internacional, como os organismos das Nações Unidas. São considerados um reforço de relevância na busca pela Justiça Ambiental - hoje preterida por Estados,

e combatida de forma ideológica por governos como o de Jair Bolsonaro.

A principal reivindicação do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza é que as Nações Unidas defendam os direitos da natureza e assumam um trabalho que há décadas diversas organizações da sociedade fazem sob os mais diversos riscos e dificuldades limitadoras. Este Tribunal visa demonstrar como os Direitos da Natureza podem ser aplicados, apresentando uma série de casos urgentes no mundo real perante um painel de juízes distintos, que



examinam e decidem sobre os casos a partir desta perspectiva.

Informações adicionais: [rightsofnature-tribunal.org](http://rightsofnature-tribunal.org).

## Supremo Tribunal Federal suspende até outubro as ações de remoções forçadas no país

As remoções forçadas no país estão suspensas até 31 de outubro deste ano. A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso assegura que, durante esse período, as 142.385 mil famílias ameaçadas de despejo no país possam permanecer em suas casas.

No documento que formalizou a prorrogação do prazo, Barroso lembrou que, após período de queda nos índices da pandemia, no mês de junho houve nova tendência de alta, com a média móvel de



mortes chegando perto de 200 no país e o número de casos mais alto desde fevereiro.

Apesar da prorrogação, que será julgada pelo plenário do STF em audiência extraordinária, Barroso alertou que será preciso estabelecer um “regime de transição” para retomada da execução das remoções, e disse que a responsabilidade cabe ao poder legislativo, e não ao STF. Porém, disse que “em caso de omissão” o Supremo poderá voltar a se manifestar sobre o tema.

Via Brasil de Fato

## REPAM e Organização dos Estados Americanos (OEA) assinam apelo à proteção urgente da Amazônia

O Secretariado Geral da Organização dos Estados Americanos (GS/OEA) e a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) assinaram no dia 8 de agosto, uma declaração conjunta apelando à proteção urgente da Amazônia e dos seus povos indígenas, quilombolas (afrodescendentes) e ribeirinhos.

A cerimônia de assinatura realizada em Washington contou com a presença do Sr. Luis Almagro, Secretário-Geral da OEA, e do Sr. Juan Antonio Cruz Serrano, Observador Permanente da Santa Sé junto da OEA, em representação do Cardeal Pedro Barreto, Presidente da REPAM.

Cabe destacar que esta é a primei-

ra vez que a OEA faz uma declaração sobre a situação das comunidades e dos povos na Amazônia.

A OEA e a REPAM listam algumas “recomendações urgentes e prioritárias para os Estados da região, com base no conteúdo do 2º Relatório Regional da REPAM sobre a Violação dos Direitos na Região Pan-Amazônica, entre elas “garantir a segurança jurídica dos territórios indígenas”, a “dar prioridade ao investimento na gestão territorial e ambiental”, a “reforçar as instituições responsáveis pelo controle, supervisão e fiscalização das ações que ameaçam o ambiente” e a “gerar condições



e espaços seguros para o desenvolvimento da participação dos cidadãos em questões ambientais, do uso da terra e do ordenamento e planejamento do seu território”.

Via Repam Brasil



## ALIANÇA DOS POVOS

# Lideranças da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais se reúnem em Brasília para fortalecer as ações dos territórios

*O segundo encontro presencial dos Povos e Comunidades Tradicionais em dois anos de enfrentamento a pandemia da Covid-19, apresentou a boa nova na luta e defesa da vida. Com o calendário de vacinação atualizado nos territórios, os participantes se reuniram respeitando as medidas de segurança para retomar os caminhos de luta. Entre os dias 20 e 22 de junho aproximadamente 30 participantes dos territórios estiveram reunidos no Centro de estudo Sindical Rural (CESIR) em Brasília para fortalecer as ações dos seus territórios*

O encontro iniciou na tarde do dia 20 de junho com místicas e após cantos entoados por Rosa Tremembé da comunidade indígena de Raposa do Maranhão, os participantes compartilharam as realidades enfrentadas em seus territórios. “O nosso pior inimigo é o Estado” disse uma liderança do Pará ao compartilhar o enfrentamento no território que é centenário e atualmente é cercado pela grilagem e especulação imobiliária. A comunidade enfrenta os conflitos e as formas de violência com formação e capacitação dos moradores, para manter a luta das mais de 70 famílias. A comunidade utiliza o protocolo de consulta, uma ferramenta construída pela comunidade para defender o território diante as violações do Estado e que é elaborada a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do direito à consulta prévia das comunidades tradicionais a respeito da gestão dos seus territórios.

As partilhas contribuíram para além das lutas, foram dias de trocas de saberes, experiências que ajudam no desenvolvimento da agroecologia, na preservação das sementes crioulas, na construção de caminhos que preservam o meio ambiente e todas as formas de vida. No momento de escuta dos territórios os participantes discutiram sobre a atual conjuntura e o desmonte dos direitos, modelos de energia e projetos do agronegócio que ameaçam o campo, a floresta e as águas. Discutiram a importância e a preservação da identidade dos povos. “Nesse encontro sabemos quem são os nossos inimigos e sabemos o que eles querem dos nossos territórios. Eles querem o que é mais sagrado, a nossa terra, a nossa água, a nossa fonte de vida, mas sairemos daqui fortalecidos para enfrentá-los”, falou uma das lideranças.

O momento foi oportuno para a Articulação Nacional de Quilombos. O grupo pautou os passos da caminhada de luta, retomar as ações encaminhadas nos últimos dois anos que foram afetados pela pandemia, sobretudo um olhar especial para as sementes deixadas por Fátima Barros que faleceu em 2021, víti-

ma da Covid-19. Fátima foi integrante da Articulação Nacional de Quilombos e do Movimento Quilombola do Maranhão. Atuou em lutas pela titulação dos territórios e pelo fim do latifúndio. Uma das mobilizações que marcaram a caminhada da ANQ na presença de Fatima Barros, foi a criação de um conselho nacional para encaminhar os processos de titulação dos territórios no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No estado do Maranhão 72 processos de titulação que já estavam em processo e paralisados, foram reabertos. O conselho apresentou mais 20 processos dos territórios que ainda não havia encaminhado o processo para titular os seus territórios.

Luiz Rogerio Machado integrante da ANQ e representante do Quilombo Família Machado do Rio Grande Sul, destaca que o encontro neste contexto é para fortalecer o movimento em razão do período de isolamento. Nos dois anos mais delicados da pandemia as comunidades priorizaram as urgências internas que incluíam a sobrevivência dos quilombos. “A luta é igual em todos os quilombos, mas a peculiaridades de cada comunidade é diferente”, afirmou.

## Mulheres, a força das comunidades

As mulheres foram maioria no encontro e trouxeram experiências de luta e organização de trabalhos das comunidades. A indígena Rosa Tremembé partilhou a experiência da Teia dos Povos que realiza intercâmbio entre os territórios na construção de novos caminhos. “Tem sido a boa nova entre os povos, sobretudo na relação e respeito com a floresta, o campo, as águas, o terreiro, a mãe terra”, afirmou Rosa. O intercâmbio da Teia mantém a resistência e luta pela demarcação dos territórios. Vera Oliveira, que participa pela primeira vez, representou os extrativistas de Rondônia e diz que a oportunidade do encontro é um aprendizado que irá fortalecer a comunidade. “Aqui neste encontro eu percebi que não estamos sozinhos, levo para a minha comunidade que a partir de



Foto: João Vitor

agora temos a união de lutas para nos amparar e nos ajudar a caminhar”, diz Vera Oliveira, que participa pela primeira vez, representou os extrativistas de Rondônia e afirmou que a oportunidade do encontro é um aprendizado que irá fortalecer a comunidade. “Aqui neste encontro eu percebi que não estamos sozinhos, levo para a minha comunidade que a partir de agora temos a união de lutas para nos amparar e nos ajudar a caminhar”, disse Vera, ao partilhar no encontro as perseguições e a defesa da floresta que fornece a sobrevivência da comunidade através da extração da castanha, da produção de óleo da copaíba, coco babaçu e o corte da seringa. Para Vanusa Cardoso, do território quilombola de Abacatal, no Pará, o encontro fortalece a caminhada que passou dois anos voltados para as preocupações e sobrevivência na pandemia da Covid-19. Durante o período mais crítico da pandemia, o Estado não deixou de atuar com as perseguições administrativas. “Com todos os desafios da pandemia nós continuamos na luta e estar aqui de corpo a corpo é retomar as nossas forças na luta nacional por direitos que foram retirados nos últimos anos”, afirmou Vanusa, e reforçou que retomar a luta é preservar as vidas que ficaram, embora o povo esteja fragilizado.

## A retomada de luta

Durante os três dias de encontro, os participantes refletiram as ações e estratégias dos seus territórios diante aos

enfrentamentos da degradação do meio ambiente e a violência do Estado. Para seguir na luta é necessário a formação constante nos trabalhos de base, para criar a sustentabilidade e reforçar a comunicação coletiva para a construção de novos caminhos para os povos e Comunidades Tradicionais, disse um dos participantes. No último dia de encontro, o coletivo de comunicação das Pastorais, levou a reflexão da comunicação nos territórios.

A pauta sobre o marco temporal fechou o encontro com a participação do secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Eduardo Oliveira, e os indígenas Jair Xokleng e Misael Xokleng. Eles compartilharam a angústia de viver mais uma vez o adiamento do julgamento sobre o Recurso Extraordinário do marco temporal que aconteceria no dia 23 de junho e foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal. Os intensos ataques que os povos indígenas têm sofrido neste atual governo afetam também toda a sociedade, principalmente os mais pobres. “A morosidade do STF no julgamento é uma estratégia para que o legislativo aprove os projetos de lei que violam os direitos dos povos,” alertou Eduardo.

O encontro foi encerrado com cantigas e gritos de justiça por Bruno Pereira e Dom Phillips que foram assassinados no início de junho no Vale do Javari, no estado do Amazonas.



## TRIBUNAL DOS POVOS

# "Não há Cerrado sem os povos, nem os povos sem o Cerrado": saiba como foi a audiência final do TPP

*A audiência, realizada entre nos dias 8 e 9 de julho, começou com a apresentação do contexto da denúncia de ecocídio do Cerrado e genocídio cultural de seus povos, e também da relatoria de acusação, com dados sobre os impactos das violações sobre a terra, os territórios e sobre a vida dos povos e comunidades tradicionais*

Representantes de quatro dos 15 casos apresentaram suas denúncias ao júri do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) em Defesa do Cerrado, na manhã do primeiro dia de audiência. Foram os casos dos Geraizeiros do Alto Rio Preto (BA), dos Retireiros e Retireiras do Araguaia (MT), de moradores da Serra do centro (TO) e do Cajueiro (MA).

O período da tarde foi dedicado às perguntas do júri aos representantes dos casos, com o objetivo de colher detalhes das denúncias para subsidiar o veredito, a ser anunciado publicamente dia 11 de julho. O anúncio será transmitido ao vivo pelas redes da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado durante coletiva de imprensa.

## ESTRATÉGIAS QUE SE REPETEM

Embora os casos apresentados se deem em diferentes estados do Cerrado – Tocantins, Mato Grosso e Maranhão –, ficou evidente nas respostas dos representantes dos casos ao júri que as estratégias de governos e empresas para expropriar terras e bens naturais se repetem.

É comum, por exemplo, que empresários contratem jagunços para ameaçar e atacar os povos em seus territórios, provocando sua morte ou expulsão das terras, como é o caso dos geraizeiros do Alto Rio Preto, na Bahia, perseguidos por funcionários da fazenda Estrondo, de monocultivo de soja. Com o esvaziamento das comunidades, muitos empresários alegam, em suas ações judiciais, que os territórios que apresentam como sendo seus não são ocupados por ninguém.

Também é recorrente nos casos apresentados no primeiro dia de audiência que políticos e empresários interessados na exploração capitalista de territó-



Foto: Thomas Bauer

rios tradicionais encontrem em membros do judiciário aliados estratégicos nas expropriação das terras. São comuns as decisões judiciais ilegais, que explicitamente favorecem empresas às custas da violação dos direitos dos povos, como foi denunciado por moradoras e moradores da comunidade Cajueiro, na zona rural de São Luís, capital maranhense.

Lidiane Sales, retireira do Araguaia, afirma que a luta dos povos é física, porque seus territórios – e seus corpos – estão sendo cobiçados e cercados por toda sorte de empreendimentos. No caso da comunidade retireira de Mato Verdinho, que fica em Luciara (MT), onde vive Lidiane, até o setor hoteleiro tem invadido as terras tradicionais para instalar empreendimentos para classes abastadas.

Depois de responderem às questões do júri, representantes dos casos apresentados no primeiro dia de audiência, e também de casos que se apresentarão nos próximos dias de evento, detalharam outras consequências da falta de titulação e demarcação de seus territórios tradicionais.

## "Nossa luta não é só por terra, mas pelo direito de viver nela".

Na manhã do segundo dia da Audiência Terra e Território e Audiência Final do TPP no Cerrado, foram apresentados os casos de Fechos de Pasto (BA), das comunidades quilombolas de Cocalinho e Guerreiro (MA), do assentamento Viva Deus (MA), dos povos indígenas Guarani, Kaiowá e Kinikinau (MS), de ribeirinhos e brejeiros e do povo indígena Akroá-Gamella (PI).

Os processos de grilagem envolvem não apenas a falsificação de documentos, mas também o desmatamento – em geral com o uso do correntão – que "consolida" a grilagem. Também envolvem violências e perseguições dos povos com o uso de milícias privadas e mesmo com o uso de forças policiais do estado, que atuam para proteger e garantir as vontades dos grileiros. A grilagem envolve também a destruição de casas, de plantios, envenenamento com agrotóxicos, paralisação de processos

de regularização fundiária – por meio de interferência dos grileiros junto a órgãos como o Incra –, pistolagem, atentados e assassinatos.

## Mineração e monocultivo

A segunda parte do dia teve início com a fala do geógrafo Eduardo Barcelos, que compõe o conjunto de relatores de acusação. Barcelos apresentou dados sobre a exaustão das águas do Cerrado pelos projetos de monocultivo de soja, principalmente. Segundo ele, 92% dos pivôs centrais do Brasil estão no Cerrado, sacrificando para fins privados o bem vital que é de todos.

Maiana Maia, da FASE, também relatora de acusação, deu sequência às informações sobre o conteúdo das acusações, que irão subsidiar o veredito do júri. A pesquisadora deu especial enfoque às violências cometidas pelas mineradoras. De acordo com ela, mais de 30% dos processos minerários ativos no Brasil estão no Cerrado, o que corresponde a 60 milhões de hectares, uma área maior do que a França.

Em seguida, foram apresentados os casos de Vale das Cancelas (MG), de Macaúba (GO), do Assentamento Roseli Nunes (MT), dos povos indígenas Krahô-Takaywá e Krahô Kanela (TO) e dos ribeirinhos de Cachoeira do Choro (MG).

"Que esse júri olhe por nós e faça um encaminhamento para o STF contra o marco temporal, porque nós precisamos da nossa terra para viver. Senão nosso cacique vai morrer, e não vamos ter nem a terra pra enterrar ele", finalizou Davi Krahô, vice-cacique da aldeia Takaywá, no Tocantins.



## X FOSPA

# Brasil é o segundo país em mortes no campo na Pan-Amazônia

*Estudo, apresentado durante o X Fórum Social Pan-Amazônico (Fospa), traz dados de assassinatos no campo ocorridos nas regiões amazônicas de cinco países: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Brasil, entre os anos de 2020 e 2022. Participação da CPT no Fospa se estendeu por seis atividades*

**MÁRIO MANZI\***

Realizado em Belém (PA) entre os dias 28 e 31 de julho, o X Fospa mobilizou organizações, entidades e sociedade civil sobre a preservação do meio ambiente e dos povos e comunidades tradicionais. A CPT participou de seis atividades, sendo elas "Seminário Internacional: 'Cooperação Internacional: seus desafios, impactos e tendências'"; "Apresentação da primeira e da segunda fase do dossiê Agro é Fogo"; "A Violência no Campo e os Impactos na Reforma e na Preservação Ambiental"; "Ciranda de Mulheres latinoamericanas em resistências a mineração"; "Roda de Conversa: 'Ecocídio e sua relação com o genocídio dos povos: conexões entre Cerrado e Amazônia'"; "Mapeamento de conflitos socioterritoriais na Pan-amazônia: a experiência do Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico".

Lançada durante a atividade "Mapeamento de conflitos socioterritoriais na Pan-amazônia", no dia 30 de julho, a publicação "Assassinatos na Pan-Amazônia" reúne dados de assassinatos em conjunto com trabalho de cartografia e cobre mais de 85% do território da bacia Amazônica. A edição ganhou versão impressa bilíngue - em português e espanhol - para distribuição direcionada. O arquivo pode ser acessado na íntegra na página da CPT na internet <[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br)>.

## Registros

O recorte temporal do estudo cobre os anos de 2020 a 2022, sendo deste parcial, até a data de 7 de julho. O Brasil é o segundo colocado no ranking de assassinatos, com 62 mortos, sendo sete mulheres. A lista é encabeçada pela Colômbia, que registrou 120 assassinatos, 10 das mortes foram de mulheres. No Peru foram 18 mortes, seguido por Bolívia e Equador, com uma pessoa assassinada em cada um destes países. Ao todo, nos cinco países da Pan-Amazônia, 202 foram assassinadas decorrentes de conflitos por terra e território.

Para além dos números, a publicação contém três mapas dedicados aos eixos: "Assassinatos em conflitos socioterritoriais", "Sujeitos sociais assassinados em conflitos" e "Causas de conflitos socioterritoriais". O estudo também traz uma breve análise sobre cada um dos cinco países.

A publicação, organizada pela CPT, por meio da articulação das CPTs da Amazônia, é resultado de esforços conjuntos das organizações: Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA), Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa - Bolívia; Comissão Pastoral da Terra (CPT)/Articulação das CPTs da Amazônia, Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia (Gruter) da Universidade Federal do Amapá, Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas - Brasil; Asociación Minga, Universidad de La Amazonia - Colômbia; Amazon Watch - Equador; Instituto del Bien Común - Peru.

## Lançamento

Mais de 120 pessoas estiveram presentes na atividade de lançamento do material, realizada na tarde do dia 30, no Campus Guamá, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mais de 30 organizações e movimentos sociais de diversos países estavam representados dentre os participantes, além de lideranças de povos e comunidades tradicionais.

## O momento de abertura foi marcado por uma bênção com ervas da Amazônia

Sediado na Casa dos Povos e Direitos, o lançamento foi iniciado a partir do histórico

de como o processo de preparação foi estabelecido. "Em 2015, motivados pelo CCFD, um grupo de pessoas começou a se articular. As primeiras reuniões ocorreram em Rio Branco, Peru, Bogotá, Maranhão e Rondônia. O Fospa é um espaço de articulação que cumpriu o seu papel. (...) Hoje damos um passo para o segundo atlas. Este material que apresentamos aqui é uma prévia do trabalho que já está em



Foto: Mário Manzi

processo", conforme explicou às pessoas presentes, Darlene Braga, da coordenação das CPTs da Amazônia.

A construção cartográfica do estudo apresentado no Fospa foi coordenada pela Dra. Patrícia Rocha Chaves da Universidade Federal do Amapá (Unifap) junto ao Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia (Gruter-Unifap), com envolvimento de 15 estudantes. "A cartografia que um dia foi utilizada para devastar, devassar e ocupar os territórios,

Foto: Mário Manzi



deve ser agora apropriada pelas populações que cuidam desses territórios para demonstrar também a sua força política".

## Prof. Dra. Maria José Santos fala dos objetivos do estudo

Em seguida, a professora Dra. Maria José Santos, da Universidade Federal de Roraima (UFRR) lembrou que "Foram 202 assassinatos, que tinham rostos, que tinham vidas. Pais, mães, filhos e filhas que tiveram a vida ceifada na defesa da Amazônia, na defesa da floresta".

Olga Soarez, da Asociación Minga, Colômbia, país que lidera o número de mortes por conflitos por terra e território na Pan-Amazônia, afirmou que "O que segue acontecendo na Colômbia não parou. O governo que está neste momento, que felizmente se vai, aumentou a violência em todo o território colombiano".

## Olga Soarez, da Asociación Minga, comenta a situação de conflitos socioterritoriais na Colômbia

Ainda sobre os contextos de conflitos nos países que se dedicaram ao material, Fabio Terceros, da Cípcica, lembrou que por vezes os conflitos entre as comunidades tradicionais são gerados pelo avanço do capital sobre os territórios. "Os conflitos pela terra, mesmo naqueles entre camponeses, povos tradicionais e indígenas, têm, como plano de fundo, agentes causadores como o agronegócio ou pelo petróleo, gerando pressão sobre os recursos naturais".

A próxima edição do Atlas já está em processo de construção e, assim como o material prévio lançado no X Fospa, passa a abranger dados do Equador, com a participação da Amazon Watch, que se soma aos trabalhos de registro e análise.



# Campanha De Olho Aberto Para Não Virar Escravo realiza encontro de celebração de 25 anos

*Reunidas no Centro Comunitário Tia Irene, em São Félix do Araguaia (MT), entre os dias 13 e 15 de julho, cerca de 45 pessoas da Campanha De Olho Aberto Para Não Virar Escravo celebraram os 25 anos de atividade. Com a participação de diversas organizações, dentre as quais a CPT, que organiza o encontro, foram partilhadas experiências e debatidos objetivos e estratégias da Campanha*

No primeiro dia do encontro, após mística de abertura e momento de acolhida, as pessoas presentes caminharam até as margens do Rio Araguaia, onde cada uma e cada um se apresentou. Em seguida, foram lembrados os passos de Dom Pedro Casaldáliga na região, passando por sua chegada e o enfrentamento às situações de conflitos fundiários e trabalhistas, que tinham como principais vítimas os povos indígenas e os posseiros. Luís Cláudio da Silva, da CPT Regional Mato Grosso, falou sobre os ensinamentos de Pedro. "O legado de Pedro está dentro de cada um e cada uma, em casa comunidade acompanhada pela CPT. Está na dança e na cantoria, em oração, no Araguaia".

Elizabeth Flores, do mesmo regional, comentou sobre a importância da carta pastoral "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social" lançada em 1971, por Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, e sobre a importância do documento enquanto instrumento de denúncia das violações de direitos na região, em plena ditadura militar.

Ao pôr do sol, as pessoas seguiram em peregrinação até o cemitério onde Dom Pedro Casaldáliga, que fez sua páscoa em 2020, está plantado. No local, à sombra de um grande pequizeiro, foram realizados momentos de memória sobre as ações de resistência do bispo na região.

De volta ao Centro Comunitário, Waldecio Campos (CPT-MG) convidou Xavier Plassat (CPT Araguaia/Tocantins) para apresentar o documentário "Apriados por Promessas – A escravidão contemporânea no Campo Brasileiro", produzido por CPT, Centro pela Justiça e Direito Internacional (Cejil) e Witness. Antes, Plassat lembrou o caso emblemático de José Pereira, ocorrido em 1989. A denúncia dá conta de duas pessoas escravizadas, que tentam fugir da fazenda Espírito Santo, cidade de Sapucaia, Sul do Pará, mas são baleadas pelos seguranças da fazenda. Paraná morre e José Pereira sobrevive e é resgatado, mas o processo de indenização só ocorreria quase 15 anos após a violência.

Já o filme, lançado no ano de 2006, descreve a situação de trabalhadores do campo aliciados e escravizados em fazendas e carvoarias do Brasil. A obra é utilizada, lembra Plassat, como dossiê de denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).



Foto: Mário Manzi e Wellington Douças (CPT-MT)

## Pedro

O segundo dia de atividades do Encontro retomou a importância da carta pastoral de Dom Pedro, em visibilizar a situação de conflitos fundiários, em que posseiros migrantes, os sertanejos, e povos indígenas eram expulsos da terra de onde tiravam o sustento, por grandes fazendeiros, apoiados pelo estado sob o argumento de "desenvolver a Amazônia".

O documento também denunciou o emprego de trabalho análogo à escravidão nas grandes fazendas da região e a falta de acesso a serviços públicos de educação e saúde. A análise dos desdobramentos do cenário abordou problemas atuais, como o impacto do alcoolismo e a cooptação da comunidade local para o narcotráfico, ao passo que as grandes fazendas foram se convertendo em empresas de agropecuária e de colonização, expulsando as camponesas e camponeses de suas terras. Elizabeth Flores, que fazia a fala, abordou também a ocorrência de despejos com ou sem decisão judicial realizados por empresas de segurança a mando do agronegócio.

## Escuta

Durante o processo de escuta, Brígida Rocha, da CPT-MA precedeu os depoimentos de duas pessoas resgatadas de trabalho análogo à escravidão no Maranhão. Sobre o papel de reforçar os grupos de trabalhadores ou que estão em risco, ela explicou que "a gente busca fortalecer essa organização, a partir de formações, encontros, ações preventivas e de alerta".

Dentre as ações citadas, destacou a experiência da Comunidade de Monseñor Gil (PI), formada, em sua maioria, por pessoas resgatadas de condições análogas à escravidão.

Rocha ressaltou a necessidade de

cobrar políticas públicas e fiscalizações trabalhistas, bem como fortalecer as datas e calendários simbólicos, como o 28 de janeiro, quando é celebrado o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

O primeiro trabalhador a falar, Gildásio Meirelis, descreveu o modo como as pessoas acabam sendo empurradas para situações em que vão ter seus direitos trabalhistas, e de vida, desrespeitados,

"Vulnerabilidade, algumas pessoas me perguntam por que as pessoas ainda são escravizadas. A vulnerabilidade decorre de um processo, que vem de alguém que tem uma família, mas não tem mais como sustentar. Necessidade. Essa necessidade acaba tornando a pessoa vulnerável, porque a pessoa precisa ir buscar o alimento para sua família. Nesse momento ela se torna alvo de alguém. Os gatos [como são conhecidos os aliciadores de mão-de-obra escrava] já mapeiam essas pessoas vulneráveis."

Para combater este ciclo de ultrajes à pessoa humana, Meirelis sublinhou



Foto: Mário Manzi e Wellington Douças (CPT-MT)

o alcance das redes de apoio em informar sobre o que é o respeito aos direitos. "A escravidão nunca acabou, ela se modernizou. É uma situação que tende a se manter, se não houver esse esforço em orientar a população." Acerca da importância do trabalho da CPT e do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB), por exemplo, Gildásio ressaltou que "[quando ocorre a exploração] parece que as pessoas nos veem como não-humanos". Ele lembrou que, por necessidade, pessoas passam pela situação de exploração por mais de uma vez.

Sebastião de Oliveira, o segundo trabalhador a falar, complementou a fala, ao explicar que muitas vezes as promessas de pagamento pelos trabalhos realizados não são cumpridas e que os valores a serem pagos são informados às vésperas da realização dos trabalhos, quando já estão inseridos no contexto de exploração, sem possibilidade de contestação.

A tarde do Encontro dedicou-se a uma visita a casa onde morava Dom Pedro Casaldáliga. As pessoas presentes no Encontro, em caminhada, puderam conhecer ou visitar o lugar onde Pedro viveu. No local, celebraram os ensinamentos de Pedro, na simbólica capela alocada no quintal da residência.

As atividades do dia foram encerradas em confraternização. A noite cultural iniciou-se com a escuta de testemunhos presenciais ou enviados por vídeo e projetados à frente da mandala montada no espaço onde ocorreram os debates do Encontro.

## Romeiros em caminhada

O terceiro e último dia do encontro iniciou-se na habitação coletiva indígena, que faz parte do Centro Comunitário Tia Irene. A frente do altar montado para a ocasião, um conjunto de velas formava o número 25, em referência ao tempo de existência da Campanha. Sob orações e falas, a celebração trouxe cantos e frases para reafirmar o compromisso com a missão da Campanha e da CPT.

Após entoarem um emblemático 'parabéns', as discussões finais foram retomadas no espaço de debates. Divididas em grupos, as pessoas analisaram, com base nas partilhas do dia anterior, os diferenciais da Campanha, enquanto visão, metodologia, valores e ação.

A plenária final traçou orientações sobre a Carta do encontro. O documento, que deve ser publicado em breve, traz convicções e prioridades na atual conjuntura. Finalizados os compromissos finais, as pessoas se juntaram, em viagem, para participar da Romaria dos Mártires da Caminhada, que este ano é realizada entre os dias 15 e 17 de julho, em Ribeirão Cascalheira (MT).



# CAMPANHA CONTRA VIOLÊNCIA NO CAMPO É LANÇADA COM ADEÇÃO

*Em mobilização como forma de confrontar o acirramento das violências no campo, organizações e movimentos sociais apresentaram à sociedade, na manhã do dia 02 de agosto, a "Campanha Contra Violência no Campo: em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas"*

MÁRIO MANZI\*

O lançamento da proposta de ação coletiva foi sediado em Brasília, no auditório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, (CNDH), no Edifício Parque Cidade Corporate, com a presença de mais de 120 participantes e foi transmitido ao vivo nas plataformas digitais. Na ocasião também foi distribuído um folder informativo sobre os objetivos e com a apresentação da Campanha.

A mobilização da campanha foi criada no final do ano de 2021 como iniciativa de, dentre outros objetivos, denunciar o contexto de agravamento dos conflitos, e como forma de recomendar "ações e políticas de proteção aos territórios e as vidas humanas ameaçadas".

A mesa inicial foi composta por Darci Frigo, presidente do CNDH; Sandra Maria da Silva Andrade, da Comissão Terra e Água do CNDH; Dom José Ionilton, bispo de Itacoatiara e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Simão Guarani e Kaiowá, da Terra Indígena (TI) Dourados Amambai Peguá (MS); Ismael Cunha, da Comunidade Alegria, em Timbiras (MA); Alair Luiz dos Santos, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Alessandra Farias, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); Eduardo de Oliveira, Secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A mediação foi de Jordana Ribeiro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de Carlos Lima, da coordenação nacional da CPT.

Frigo falou da atuação do CNDH ao ressaltar que o Conselho tem se desdobrado para atender às demandas de violação de direitos, em um contexto completamente adverso. "O CNDH é, na prática, a representação de Direitos Humanos [neste governo]".

Em seguida, Sandra Maria emendou que a comissão da qual faz parte é



Foto: Barack Fernandes - Comunicação Contag

uma das que mais recebe denúncias por conta de conflitos e que é necessária a realização de regulação fundiária como ferramenta de luta contra as injustiças no campo. "A violência não pára. Não temos reconhecimento dos nossos governos. É preciso que o governo retome a reforma agrária no país". Alair Luiz dos Santos complementou as alocações ao lembrar que a reforma agrária deve vir acompanhada de apoio às pessoas assentadas ou que têm seus territórios reconhecidos, por meio de subsídios e apoio técnico e social às ações de implantação de infra-estrutura básica.

Ao contextualizar a criação da Campanha, Dom Ionilton pontuou sobre a proposta de motivar as lutas, ao somar forças entre as comunidades e as organizações que dão assistência e assessoria aos povos do campo, das águas e das florestas. "A paz no campo é fruto da justiça". O presidente da CPT também ressaltou a necessidade da titulação das terras indígenas e a garantia dos direitos sociais e do meio ambiente". Ao citar a Campanha "Eu voto pela Amazônia" da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam-Brasil), Ionilton afirmou que "É este o Brasil que queremos", um país com acesso à terra, teto e trabalho. "Basta de violência no campo, queremos que a paz e a justiça se abracem".

## A Campanha



Alessandra Farias falou em seguida sobre o esforço coletivo das 54 organizações envolvidas até o momento, e das comunidades, em se engajarem na Campanha, completando que as violências têm sido uma constante no campo e nas periferias urbanas. "[A ação busca] publicizar nossas práticas e experiências contra o projeto de morte do governo brasileiro e convoca as organizações aqui presentes e as não listadas para fazerem parte da campanha". Sobre a necessidade de juntar esforços, ela destacou que os Grupos de Trabalho estão abertos à colaboração e participação das companheiras e companheiros. "A campanha é uma luta é nossa, essa luta é do povo".

## Voz das comunidades

Simão Guarani e Kaiowá (MS) fez memória às centenas de lideranças indígena

nas assassinadas desde a Constituição de 1988. "Esta campanha é para denunciar essa violência". Como exemplo, ele recordou o recente massacre contra os Guarani e Kaiowá em 2020. O avanço do agronegócio foi apontado dentre as causas de conflito contra seu povo, que resiste: "Estão plantando e colhendo em cima das comunidades indígenas. Mesmo o governo não demarcando, nós vamos demarcar".

Ismael Cunha, da Comunidade Alegrias em Timbiras (MA) abordou a resistência de seu povo no processo de retomada do território em contraponto ao avanço comandado pelo latifúndio. Segundo Cunha, o processo de grilagem é acompanhado do desmatamento, uma vez que os ditos proprietários entram no território da comunidade e derrubam as matas.

São mais de 450 famílias na área e, conforme alerta, de dois anos pra cá houve acirramento dos conflitos, incluindo assassinatos. "Agora quem está na lista para ser assassinado sou eu. O latifúndio quer passar por cima da gente". Ele afirma que as ameaças estão cada vez mais constantes, e citou ter recebido recados como "os madeireiros estão contratando grupos para te matar quando você chegar na cidade".

"Vivemos de fazer a nossa roça. A gente está nesta luta para não perder o território, a devastação é completa. Esperamos que a Campanha possa nos ajudar no sentido de permanência na terra", completou.

## Dados sobre violência

Eduardo de Oliveira, Secretário-executivo do Cimi, apresentou dados do relatório do Conselho sobre o ano de 2020, quando ocorreram 182 assassinatos de indígenas. Oliveira lembrou também que desde 2017 nenhuma terra indígena no Brasil é demarcada no país. "O governo federal instalou no Brasil uma crise. Esta crise é um projeto, que visa retirar os direitos do povo". Sobre o contexto de seguimento desse processo de morte, Eduardo ressaltou a votação do Marco Temporal, pelo Supremo Tribunal



## NO CAMPO

# VIOLÊNCIA NO CAMPO DE MAIS DE 50 ENTIDADES

Foto: Cláudia Pereira - Assessoria de Comunicação da Articulação das Pastorais do Campo



Em julho de 2022, a CPT registrou 276 ocorrências de assassinatos por conflitos no campo, sendo 98 destes de sem-terra e 54 de indígenas.

"Desse assassinatos, 41% estão relacionados com as violências sofridas contra as famílias, tais como ameaça de despejo judicial, ameaça de expulsão, despejo judicial, invasão, pistolagem, expulsão, destruição de casas, pertences e

roçados. Com isso demonstra-se que as violências contra as pessoas não são processos isolados e estão relacionados à disputa por territórios".

Federal (STF), enquanto tese restritiva aos povos indígenas. "Metade dos territórios indígenas passam a ser desconsiderados", caso o Marco Temporal seja aprovado. Andréia Silvério, da coordenação nacional da CPT falou em seguida ao comentar os dados de avanço da violência. Ela expôs que, de 1º de janeiro de 2016 até 25 de

roçados. Com isso demonstra-se que as violências contra as pessoas não são processos isolados e estão relacionados à disputa por territórios".

Ao tratar dos dados, Silvério salientou que apenas neste ano de 2022 - com base nos dados atualizados até o dia 25 de julho -, foi registrado aumento de 38% em mortes

causadas por pistolagem em relação ao ano de 2021.

Ela também recordou o ano de 2017, logo após a ruptura democrática, e quando ocorreram cinco massacres no campo ao citar o Massacre de Pau D'Arco (PA) como exemplo. O conflito vitimou dez trabalhadores rurais sem terra, dentre eles uma mulher. "Os casos de assassinatos não são isolados, mas fazem parte de uma estrutura de violência sistêmica". Em seguida fez memória ao Massacre do Rio Abacaxis (AM), que completa dois anos neste mês de agosto. No massacre seis pessoas, entre ribeirinhos e indígenas Munduruku, foram mortas.

## Adesão

Divulgada em setembro pela Campanha, a "CARTA COMPROMISSO AOS CANDIDATOS E CANDIDATAS NAS ELEIÇÕES DE 2022" propõe que as e os postulantes às eleições firmem compromissos, a partir da defesa da vida e contra a vio-

lência no campo. O documento lembra também os assassinatos de Dom e Bruno, em meio à escalada da violência no campo e cita alguns dos agentes causadores dos conflitos.

"A violência se acirra com a impunidade e conivência do Estado, gerando aumento das milícias, pistolagem e permitindo a expansão do narcotráfico, sobretudo nas áreas de fronteira. O assassinato dos indigenistas Bruno Pereira e Dom Philips é um fato lamentável dessa realidade, reflexo da impunidade frente aos crimes no campo, mas não só. Está relacionada também com o amplo processo de retirada de direitos sociais, territoriais e ambientais que vivenciamos no Brasil, com aprofundamento após as eleições de 2018. As ações e omissões do atual Governo Federal, relacionadas com a gestão ambiental e fundiária impactam diretamente na vida dessas comunidades, contribuindo para que o Brasil vivencie essa barbárie."

## Confira trecho da carta que contém as pautas do documento:

No processo de luta dos povos, enfrentar e superar a violência no campo só será possível a partir da articulação e unidade das várias frentes de resistência e na defesa da vida.

Para isso, também, é fundamental que os candidatos e candidatas e futuros parlamentares assumam o compromisso de combater a violência no campo e em defesa da vida em primeiro lugar, se comprometendo em:

- Realizar as reformas, reparações e políticas públicas necessárias a implementar os direitos constitucionalmente consagrados à reforma agrária, demarcação de terras indígenas, titulação das comunidades quilombolas e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim

como atuar para proteger essas comunidades dos ataques e avanços do agronegócio, das madeireiras, do garimpo, dentre outros violadores de direitos humanos.

- Atuar para revogar, revisar e impedir a aprovação de Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas que impedem o acesso a direitos dos povos do campo das florestas e das águas e que agravam a violência no campo, como a legalização da grilagem e privatização de terras públicas, autorização do uso de agrotóxicos, flexibilização das leis de proteção ambiental, revisão de unidades de conservação já criadas, facilitação de compra e ampliação do limite de concentração terras por estrangeiros, fixação de marco temporal para demarcação de terras

Para acessar o documento: < [bit.ly/3RUHabR](https://bit.ly/3RUHabR) > Ou aponte a câmera do celular para:



indígenas e quilombolas, mineração e arrendamentos em terras indígenas e de comunidades tradicionais, dentre outros.

- Cobrar celeridade às ações judiciais que investigam crimes contra os povos do campo, das águas e das florestas, bem como de defensores e defensoras de direitos humanos, que geram impunidade aos executores e especialmente aos mandantes.
- Atuar com celeridade na proteção de comunidades e defensores e defensoras de direitos humanos, em casos de ameaças e violências contra estes, assim como nas investigações destes casos.

Campanha Nacional Contra a Violência no Campo: em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas.



## CONFLITOS NO CAMPO

# O tempo está contra os indígenas: alvos de violências constantes, os Guarani e Kaiowá resistem e retomam seus territórios ancestrais no Mato Grosso do Sul

*A morosidade do julgamento do marco temporal e a política anti-indígena do governo federal favorecem os ataques às populações tradicionais e está entre as principais motivações das retomadas no estado de Mato Grosso do Sul*

Diante da demora da decisão do julgamento do Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) nº 1.017.365 – que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) – e da política de desmonte dos órgãos de proteção aos indígenas e ao meio ambiente, os casos de violência contra os povos originários continuam crescendo e seus territórios seguem sendo devastados.

No Mato Grosso do Sul, os violentos casos dos Tekohas Jopara (em Coronel Sapucaia), Guapo'y (em Amambai), e Kurupi/São Lucas e Kurupi/Santiago Kue (em Naviraí), somam-se aos longos históricos de violências desses povos, reforçando a urgente necessidade de o STF retomar o julgamento do Recurso Extraordinário, em que se discute a tese nefasta e inconstitucional do marco temporal. O julgamento, que começou em 2021, seria retomado em 23 junho, mas o ministro Luiz Fux decidiu retirá-lo da pauta do tribunal e, até o momento, não há nova data prevista para a decisão.

Enquanto isso, a resistência dos Guarani e Kaiowá pulsa sobre suas terras ancestrais e as retomadas acabam sendo o único recurso possível para esses povos originários que, nos últimos anos, vivenciam um amplo histórico de violências, com: uso de forças de segurança pública em despejos ilegais; jovens e crianças alvejadas por armas de fogo durante ataques; crianças das retomadas impedidas de frequentar escolas; serviços de saúde sendo deliberadamente negados; mulheres, idosas e crianças sendo ameaçadas de estupro; famílias inteiras atingidas por nuvens de agrotóxicos lançados por aviões nas frequentes e sistemáticas pulverizações noturnas; aumento das ações de reintegração de posse; e com tantas outras barbáries.

“Sofremos um genocídio planejado e silenciado”, afirma a liderança Guarani e Kaiowá, Erileide Domingues, em declaração entregue ao Fórum Permanente das Nações Unidas para as Questões Indí-



Reprodução/Povos Guarani e Kaiowá

genas (UNPFII). “Quero denunciar que o governo brasileiro está, atualmente, financiando o arrendamento de nossas poucas terras. Que a própria organização indigenista federal tem organizado e fomentado a invasão de nossas terras”, frisou.

Grande parte das terras indígenas dos Guarani e Kaiowá são das reservas criadas na década de 1920 pelo extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com a finalidade de confinar os indígenas que ocupavam toda a região e liberar seus territórios para a colonização. Foram oito reservas indígenas criadas pelo SPI na região sul do MS, concentrando cerca de 80% da segunda maior população indígena do país, os Guarani e Kaiowá. Reservas foram demarcadas com uma área bem menor do que os hectares que constavam no decreto.

### “Massacre de Guapo'y”

Em 24 de agosto, policiais militares e fazendeiros invadiram a área no intuito de expulsar os indígenas por meio do uso da força, mesmo não havendo ordem judicial. A ação violenta da PM por armas de fogo com projéteis letais e não letais (borracha) resultou no assassinato de Victor Fernandes, 42 anos, – que, inclusive, era uma Pessoa com Deficiência (PcD) –

assassinado a sangue frio e em plena luz do dia por agentes da polícia. Além de Vitor, dezenas de pessoas ficaram feridas.

Devido à gravidade e truculência do ataque, os indígenas referem-se à situação como “massacre de Guapo'y”. “Foram

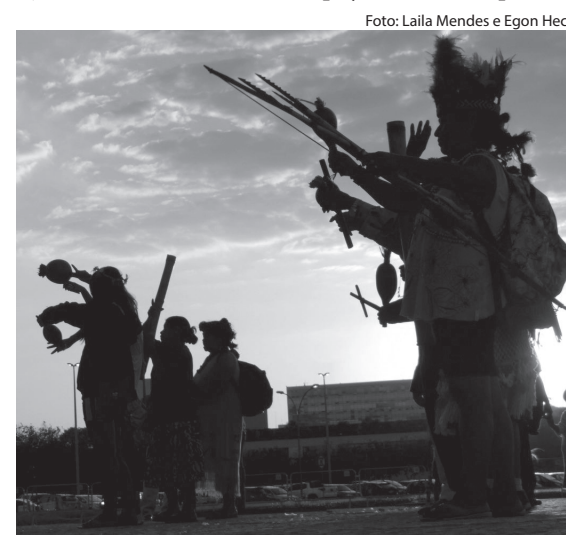


Foto: Laila Mendes e Egon Heck

atacadas crianças, jovens, idosos, famílias que decidiram, depois de muito esperar sem alcançar seu direito, retomar um território que sempre foi deles e que foi roubado no passado de nosso povo”, destaca a Aty Guasu.

Os relatos e imagens do ataque indicam que a PM fez uso de veículos, de

armamento letal e não letal e, inclusive, de um helicóptero, utilizado como plataforma de tiro contra as famílias indígenas da retomada. “Tiros em jovens desarmados, violações a pessoas rendidas, disparos de helicóptero, tudo isso inclusive com uso de munição letal deram o tom da covardia levada a cabo por um corpo policial que atuou sem mandado de reintegração de posse”.

A justificativa apresentada pela Secretaria de Segurança Pública do estado, durante entrevista coletiva sobre o caso, reproduz uma série de preconceitos contra os povos indígenas e não encontra respaldo na realidade dos fatos e, ao contrário do que diz o estado, não se tratou de uma ação de combate ao tráfico de drogas, mas de uma ação de despejo contra uma retomada do povo Guarani e Kaiowá que não poderia ter ocorrido – porque não havia mandado judicial e porque disputas possessórias envolvendo povos indígenas são tema de competência federal, e não estadual.

“Logo na sequência do Massacre, típico de quem se adianta para esconder e acobertar o próprio crime, o secretário de segurança do convocou uma coletiva de imprensa cheia de mentiras e absurdos – chavões antigos que destilam preconceito contra nós, como associação de indígenas com drogas e sendo colocados genericamente como paraguaios – que nem mesmo se sustentam frente às inúmeras imagens que já vão ganhando o mundo. Será que a criança, caída atingida por uma bala de borracha, que consiste em uma das imagens corresponde ao tráfico de drogas?”, questionou a Grande Assembleia Guarani e Kaiowá Aty Guasu.



## DIVERSIDADE

# No contexto amazônico, Seminário discute desafios da luta LGBTI no campo, nas águas e florestas

*Cerca 50 pessoas participam da atividade, entre os dias 9 e 10 de julho, com o lema “Luta e Resistência Camponesa LGBTI em Rondônia”. O seminário teve a participação de 50 representantes LGBTQIA+ da Via Campesina no Brasil*

POR MÁRIO MANZI\*  
E WESLEY LIMA\*\*

De maneira geral, o Seminário apresentou dois grandes objetivos: primeiro, construir um espaço que discuta os desafios impostos aos sujeitos LGBTI da Via Campesina no processo de auto-organização e no combate a LGBTIfobia. E segundo, busca iniciar um processo de unidade na luta em defesa do meio ambiente, da Soberania Alimentar e contra o agro-hidro-minério-negócio.

De acordo com Océlio Muniz, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Seminário nasce para discutir como as temáticas de gênero e diversidade se cruzam e acumulam para luta dos movimentos da Via Campesina em Rondônia. “Estamos aqui para discutir a luta e resistência, propondo ações para enfrentar a violência, pelo direito de amar e viver”, explica.

Muniz chama atenção para os números alarmantes da violência, em especial na Região Norte do país. Em 2021, houve no Brasil, pelo menos 316 mortes violentas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo (LGBTI+). Esse número representa um aumento de 33,3% em relação ao ano anterior, quando foram 237 mortes. Os dados constam do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil.

As regiões Nordeste e Sudeste tiveram 116 e 103 mortes violentas, respectivamente. As demais regiões ficaram em torno de 30 mortes cada uma: 36 no Centro-Oeste, 32 no Norte e 28 no Sul.

Para Karen Oliveira, integrante da Comunidade Cidadã Livre (Comcil), organização com atuação estadual no âmbito da empregabilidade e na garantia de direitos à população LGBTQIA+, um grande desafio é a construção de redes, “que fluam na política, para favorecer todas e todos nós”.

## Via Campesina e a luta LGBTI

O Coletivo LGBTI na Via Cam-



Foto: Mário Manzi

Dê Silva, mulher trans contribui na construção do debate LGBTI da Via Campesina.

pesina nasceu em 2020, a partir da auto-organização das e dos LGBTI dos movimentos e organizações que estruturam a Via. Dê Silva, mulher trans que ajuda na construção do debate, explica que a Via Campesina é um espaço de unidade das diversas organizações camponesas, indígenas, de pescadores e pescadoras, de atingidos e atingidas.

“Desde 2019 temos nos reunido virtualmente para discutir a pauta da diversidade sexual, no entendimento, que defender a reforma agrária, soberania alimentar, território, precisa ser encarado a partir da nossa participação e da diversidade. A partir desse entendimento coletivo fomos construindo o Coletivo LGBTI Brasil a nível nacional, mas também em nossos territórios.”

Ela explica que foi a partir dessa diversidade “que a gente foi se unindo e provocando o conjunto de movimentos e organizações da Via para construção de coletivos LGBTI no interior de suas organizações.”

Posicionando o debate numa perspectiva estratégica, ela afirmou ainda, que “o debate [da diversidade sexual e de gênero] precisa ser antirracista, anti-capitalista e anti-patriarcal”, e continua: “não podemos construir a sociedade que defendemos

nos moldes da violência. Nós precisamos potencializar as relações humanamente verdadeiras. Para isso precisamos nos desafiar e ter como horizonte a luta e nos enxergar enquanto classe trabalhadora”.

## Representatividade

Fabiola Ocampo, do grupo Mães pela Diversidade-Rondônia, contou sobre a história e as dificuldades que ela e a filha en-

frentaram, e a relevância do acolhimento das famílias e entes na defesa das garantias das pessoas LGBTI+. Braian Palhano, do Levante Popular da Juventude (PJR), homem trans bissexual falou sobre o processo de transição e ressaltou os aspectos familiares e territoriais na sua aceitação.

Jean Carlos Sena, da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) e professor quilombola da Comunidade de Pedras Negras (São Francisco do Guaporé-RO), discorreu sobre a dificuldade no acesso a informações e a resistência à pauta LGBTI+.



Foto: Mário Manzi

## Noite Cultural

O primeiro dia do seminário foi concluído pela noite cultural, com apresentação das drag queens Renata Evans e Carol Maynne, e do grupo As de saias. As bandeiras dos movimentos representados no seminário se juntaram às bandeirolas do tema junino, com comidas típicas e interação do público.

Contra a LGBTIfobia, nenhum minuto de silêncio! Justiça por Severino, a Suzy, já!

## Desafios

Renata Evans abriu a mística do dia seguinte e em seguida Cleverton Reikdal, Coordenador do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia (FCR) falou sobre o processo de retificação do registro civil, condizente a sua identidade de gênero. Presente na mesma mesa, Rogério Teles, debateu sobre a importância da advocacia no sistema judiciário em busca de garantir direitos para a comunidade LGBTI+, das conquistas nesta área, estas em maioria referentes ao poder Judiciário brasileiro.

No momento seguinte, sob o tema

“Debate e Estudo: Por que a Via Campesina precisa avançar na compreensão da diversidade” foram expostas três linhas políticas para direcionamento: Soberania alimentar; Reforma Agrária: Direito a terra e produção; construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo, e a necessidade da organização das mulheres e uma luta pela autoafirmação.

Dentre esses direcionamentos, ressaltou-se que o Coletivo

LGBTI da Via Campesina está engajado para que sejam incorporadas questões de igualdade de gênero e sexualidade junto a discussão de luta de classes.



## PÁGINA MULHERES

# Mulheres na política

VIVIANE R. DA S. MARTINS  
- COLETIVO NACIONAL DE  
MULHERES DA CPT\*

Foto: Andressa Zumpano

Historicamente, as mulheres tiveram seus direitos políticos negados no Brasil. Com o declínio da ordem escravocrata, a conformação de organizações de mulheres e/ou feministas ganha novos contornos. O debate sobre a participação das mulheres na política emerge enquanto crítica a uma forma de desigualdade baseada na discriminação sexista, um dos pilares estruturantes da nossa sociedade. As pressões realizadas por essas organizações contribuíram para a criação de mecanismos de inclusão para reserva de 30% das vagas para candidaturas femininas. Devido ao descumprimento desse dispositivo jurídico pelos partidos políticos, constituídos majoritariamente por homens brancos de classes privilegiadas, a lei foi alterada passando a utilizar a obrigatoriedade das cotas em 2009. Mesmo assim, ainda persistem obstáculos no acesso das mulheres a cargos de poder e de tomada de decisão.

A eleição de uma mulher para a presidência da República, apenas em 2010, evidencia a problemática apresentada. Ademais, apesar de ter sido reeleita, ela teve seu segundo mandato interrompido por meio de um golpe civil-midiático-empresarial. O caráter machista e misógino das ofensas proferidas à ex-presidenta Dilma Rousseff revelam a hostilidade com que as mulheres são tratadas na política institucional. Frente às dificuldades econômicas e à amplificação de discursos racistas, sexistas, LGBTfóbicos sustentados por agentes políticos ultraconservadores, milhões de mulheres têm se organizado em favor da demo-



cracia e da justiça social. Contudo, o acesso e a permanência das mulheres na política continuam sendo um desafio.

Um levantamento feito pelo IBGE indica que apesar de serem mais da metade da população e do eleitorado, as mulheres governam somente 12% das prefeituras e ocupam apenas 13% das cadeiras nas Câmaras Legislativas municipais e estaduais e no Senado Federal. Mas, de que mulheres estamos falando quando nos referimos à política partidária? Segundo o órgão, a sub-representação das mulheres na política é maior entre as indígenas, quilombolas, negras e trans. Contudo, houve um tímido avanço nas eleições municipais de 2020, pois apenas 8% das mulheres negras que se candidataram foram eleitas e entre os homens negros, a taxa foi de 9,2%. As pessoas mais votadas para as prefeituras foram os homens brancos, 19,2% dos candidatos, seguidos pelas mulheres brancas, 16,9%, que disputaram

o pleito. O IBGE destacou ainda o crescimento de pessoas trans, que conquistaram o direito de ter o nome social registrado na urna eletrônica.

O manifesto proferido pela vereadora Marielle Franco, mulher negra e lésbica, antes de ser assassinada, demonstra que as parlamentares lidam com assédio, violência verbal e física e têm dificuldades para exercer seus mandatos. A violência política de gênero impõe barreiras no exercício dos direitos políticos pelas mulheres, situação agravada quando associada a outros tipos de discriminação como raça, classe e orientação sexual. O combate à violência contra a mulher na política, via Lei 14.192/2021, tipifica como crime constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar candidatas e políticas por intermédio de discriminação baseada no gênero ou na sua identidade étnico-racial.

Consideramos que o reconhecimento das mulheres enquan-

to sujeitas, em sua diversidade, implica na valorização da luta histórica das mulheres indígenas, da caminhada de resistência das mulheres quilombolas, do ativismo das mulheres camponesas contra o agronegócio/hidronegócio/mineração e suas diferentes formas de violência. São cosmopercepções insurgentes que subvertem as lógicas sexistas e racistas: “o território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito”. Das quais emergem experiências inovadoras que inspiram desejos pela justiça social. Uma política do Bem-Viver para Todas/es/os porque aprendemos que “Agroecologia e Feminismo andam juntos”. Esses projetos não estão descolados da luta de classe, pela reforma agrária, da defesa dos territórios tradicionais. Por isso, o momento eleitoral, mas não só, nos leva à seguinte indagação: Quais candidatas/es/os ao parlamento estão comprometidas/es/os com a construção de um projeto de sociedade justa e democrática?





## Gustavo Petro é eleito presidente da Colômbia

A Colômbia, segundo país mais populoso da América do Sul, elegeu no dia 19 de junho seu primeiro presidente de esquerda: Gustavo Petro, que já foi deputado, senador e prefeito de Bogotá e concorria ao cargo de presidente pela terceira vez, prometendo reduzir desigualdades e fortalecer políticas sociais.

Ele derrotou o ultradireitista Rodolfo Hernández, empresário da construção civil e ex-prefeito de Bucaramanga que é muito ativo nas redes sociais e teve como eixo de campanha o discurso anticorrupção.

Petro recebeu 50,44% dos votos e Hernández, 47,31%, segundo o órgão de contagem de votos nacional, diferença de mais

de 700 mil votos. Cerca de 22 milhões de pessoas foram às urnas – o voto no país não é obrigatório.

Após a divulgação do resultado, Petro escreveu no Twitter que era um "dia de festa para o povo". "Que tantos sofrimentos sejam absorvidos pela alegria que hoje inunda o coração da pátria."

A Colômbia terá também sua primeira vice-presidente negra: Francia Márquez, de 40 anos, ativista ambiental e de direitos humanos que se notabilizou ao enfrentar o garimpo ilegal de ouro.

Via DW



Reprodução/Fernando Vergara-AP

## "'Não' à nova Constituição é tragédia política no Chile"

Em eleição histórica, o Chile rejeitou no dia 04/09, por maioria de 61,9%, a proposta do texto constitucional que substituiria a atual Carta Magna, promulgada em 1980 e herança da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

É o desfecho de um processo iniciado em outubro de 2019, quando dezenas de milhares de chilenos tomaram as ruas para demonstrar sua insatisfação com o governo e as condições de vida no país. O movimento desembocou em um plebiscito um ano depois, em que 78,3% votaram

pela elaboração de uma nova Constituição e 79% apoiaram a criação de uma Assembleia Constituinte para este fim.

Embora a reprovação do texto já fosse esperada – pesquisas de opinião indicavam favoritismo do "não" –, o resultado numérico – 7,8 milhões – surpreendeu a especialista em processos constitucionais Ester Rizzi, que acompanhou o caso chileno de perto e falou de Santiago à DW Brasil.

Professora do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Ar-

tes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Rizzi atribui a derrota – uma "ressaca" e "tragédia política", nas palavras dela – a um processo de construção de legitimidade falho, causado por um calendário de trabalhos apertado e inexistência de plebiscitos intermediários, que dariam maior respaldo popular ao texto.

Ela discorda, contudo, que a reprovação popular ao texto seja um sinal de que a esquerda chilena esteja descolada da realidade. "O quórum de aprovação era muito alto, houve negociações para conseguir aprovar os textos", afirma.

Entusiasta da proposta constitucional, Rizzi aponta ainda campanhas de desinformação e os dois anos decorridos entre os protestos e a apresentação do texto como fatores adicionais que podem ter levado à rejeição.

Via DW



Reprodução/Raul Zamora

## Vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, sofre atentado em Buenos Aires

A vice-presidente Cristina Kirchner sofreu um atentado na porta de sua casa em Buenos Aires, por volta das 21h do dia 1 de setembro.

De acordo com a Polícia Federal Argentina, um homem brasileiro, identificado como Fernando André Sabag Montiel, de 35 anos, foi detido. Ele é apontado pela polícia como o autor da tentativa de disparo.

Vídeos das pessoas que estavam próximas à aglomeração ao redor da vice-presidente flagraram o momento em que um homem aponta a arma para a cabeça de Cristina e atira. Ela chega a levar as mãos para a cabeça, mas a arma falha. Segundo o presidente da Argentina Alberto Fernández, a pistola .380, tinha cinco projéteis e não disparou apesar de ter sido acionada.

Fernando André Sabag Montiel é brasileiro. Seu pai é chileno e a mãe argentina, de acordo com a polícia local. De acordo com a polícia, Sabag tem pelo menos uma tatuagem com símbolos nazistas e tinha autorização para portar armas, mas foi preso em 2021 por "uso indevido de arma" ao portar uma faca grande em público.

Uma fonte da Polícia Federal da Argentina, com conhecimento direto da investigação do ataque contra Cristina Kirchner, disse à CNN que Brenda Elizabeth Uliarte, namorada de Fernando Sabag foi presa no domingo suspeita de envolvimento.

Na sexta-feira, 2 de setembro, milhares de argentinos foram às ruas protestar e prestar solidariedade à vice-presidente.

As mobilizações ocorreram em diferentes pontos centrais de Buenos Aires, como a Plaza de Mayo. O presidente da Argentina, Alberto Fernández, decretou feriado nacional nesta sexta-feira (2), para que o país se reunisse em apoio à vice-presidente.

Via CNN

## PÁGINA BÍBLICA

# Evangelho de João e o Apocalipse

*Terminamos nessa edição a análise de Sandro Gallazzi do Evangelho de João, e iniciamos a da sua escrita do Apocalipse. Confira:*

Sandro Gallazzi\*

Qual a razão desta mudança? [em relação à mulher samaritana]. Por que não ungiu a cabeça? Por que seca os pés com o cabelo? É uma mudança decisiva. Agora, quem sai ungida na cabeça é a mulher e não Jesus. É a mulher que, ao amar a Jesus, assume sua responsabilidade de ungida, de messias, de enviada, de responsável na comunidade.

Certamente, no grupo de João, as mulheres tinham conquistado um espaço muito importante, que a Igreja de Roma tentava reduzir e até limitar ou eliminar, escrevendo textos e dando-lhes a autoridade de Pedro e Paulo. João continua defendendo o modelo da eclesial igualitária, ministerial e leiga, contra todas as tentativas de mudança segundo modelos da sinagoga ou do templo.

João, porém, não conseguiu impor seu modelo: uma composição de forças posteriores acrescentará o capítulo 21 ao Evangelho, com uma dimensão mais hierarquizada, embora tendo sempre como base o pão compartilhado e o amor.

O texto de João termina no capítulo 20, com o encontro de Jesus com os apóstolos, quando lhes entrega o Espírito e os envia. As portas estavam trancadas por medo dos judeus e Tomé não estava presente. (Jo 20,19-29)

Quanta disputa com Tomé porque não acreditou no que os outros diziam: "Vimos o Senhor!". Homem sem fé, incrédulo... Será mesmo?

Por que Tomé não acreditou? Porque as portas estavam trancadas. Oito dias depois ainda estavam trancadas.

Caso Tomé, ao chegar em casa, tivesse visto as portas abertas e os amigos sem medo, com certeza teria pensado que algo novo acontecera. Porém como as portas continuavam trancadas e os colegas cheios de medo lhe diziam que viram o Senhor... Só podia ser um trote!

É verdade que devemos crer em Cristo sem ver, mas para que não seja



necessário que ele volte novamente, para que os Tomés de hoje possam crer, temos que abrir nossas portas e, com coragem, ir, sair, como fez Cristo, com a força do Espírito.

Então, se nossas portas continuam fechadas e o medo ainda continua pesando invencivelmente em nossos corações, então nossa fé no Cristo vivo não passa de uma piada muito sem graça!

## 2. Apocalipse

### 2.1. Pretexto e contexto

E veio a perseguição! Era o ano 95-96. Muitos cristãos pensavam que, depois da perseguição de Nero, não haveria outra perseguição. Na perseguição de Nero, Deus provou com fogo nossa fidelidade. Agora podemos esperar o fim do mundo e a vinda de Jesus pela segunda vez.

Esta era uma visão muito comum nas comunidades. Entretanto veio a perseguição, e muito mais forte ainda.

A perseguição de Nero limitou-se a Roma. A de Domiciano estendeu-se por todo o império. Na primeira perseguição as comunidades de João não foram atingidas. Agora estão na linha de fogo.

A perseguição de Domiciano foi muito dura: não tinha o objetivo de fazer mártires, mas de provocar deserções, apostasia e renúncia ao projeto: os cristãos eram atacados com a sedução ou com o ridículo, ou com o medo, para que abandonassem a eclesial e jurassem fidelidade ao impe-

rador. Somente os que resistiam eram condenados à morte.

Esta perseguição alcança João. Ele não é morto na perseguição porque a lei romana proibia condenar à morte, pessoas maiores de 70 anos e menores de 14. Naquele momento João tinha mais de 70 anos de idade. Por isso não foi condenado à morte, mas foi preso e levado para a ilha de Patmos, ilha dos presos políticos do império romano.

Ali João pensa em suas comunidades, sabe o que está acontecendo com elas, que estão passando por momentos bem duros de repressão. Sabe quantos companheiros foram condenados à morte pelas autoridades imperiais.

Mas João sabe principalmente que em suas comunidades há "mornos": são aqueles que se deixam vencer pelo medo, querem permanecer na comunidade sem assumir o compromisso do Evangelho até as últimas consequências.

A perseguição provoca o medo na comunidade, e João percebe que o medo tem a capacidade de acabar com o Evangelho.

Já dissemos isto quando falamos de Marcos.

"Mornos" são aqueles que vêm do mundo judaico e farisaico, "a sinagoga de Satanás tentados a reduzir o Evangelho a uma simples lei moral e

incapazes de ver a força revolucionária que tem e que leva o imperador a persegui-los. (Ap 2,9 / Ap 2,24).

"Mornos" são aqueles que vêm do mundo intelectual grego, "os que experimentam as profundezas de Satanás" e querem reduzir o Evangelho a uma doutrina, a algumas verdades. (Ap 2,14)

"Mornos" são aqueles que vêm do mundo cultural asiático, "os que ensinam a doutrina de Balaão", acostumados a uma religião de milagres e mistérios e que querem reduzir o Evangelho à celebração quase mágica de alguns ritos.

Não conhecemos todos eles: os nicolaítas, Jezabel a profetisa e, sobretudo, os que são ricos e não querem arriscar tudo na perseguição.

"Mornos" somos nós que tiramos a pólvora da bomba do Evangelho para fugir do conflito que nos mete medo.

O morno reduz o Evangelho a rito, moral e doutrina porque por isso ninguém vai nos perseguir. Somos perseguidos por causa do compromisso do pão, do serviço, do perdão e da cruz (Ap 3,16).

"Mornos" que Deus vomitará de sua boca.

Por isso João escreverá o Apocalipse.



## EXPERIÊNCIA

# "E as vidas que se foram?": Ato em memória aos 5 anos do Massacre de Iúna denuncia ausência de justiça e reforça a aliança de luta entre os quilombos

*O ato reuniu comunidades quilombolas da Chapada Diamantina e organizações sociais, denunciando ausência de respostas eficientes ao Massacre de Iúna e às violências que impactam os quilombos da região*

ANDRESSA ZUMPARO\*

"Ninguém é punido, quem foi preso já se encontra solto. E as vidas que se foram?", relatou Iracema Sacramento, liderança do território quilombola de Iúna, comunidade que foi palco do massacre, ocorrido em 06 de agosto de 2017, quando seis pessoas foram assassinadas em um crime que, até o momento, permanece sem justiça.

Os 5 anos do Massacre de Iúna foi lembrado em ato ocorrido na cidade de Lençóis (BA), no dia 06 de agosto de 2022, onde representantes de comunidades quilombolas da Chapada Diamantina e organizações sociais fizeram memória às vítimas Adeilton Brito de Souza, Gildásio Bispo das Neves, Amauri Pereira Silva, Valdir Pereira Silva, Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário da Conceição, assassinados à queima roupa enquanto confraternizavam na comunidade.

Os moradores de Iúna expõem o cenário de medo que abalou a comunidade após o massacre, onde todo o modo de vida e subsistência foi impactado pelo temor de um novo episódio deste tipo na comunidade. "Iúna é o lugar que eu nasci e me criei, vivi 44 anos e hoje estou no povoado vizinho. Reflito que é o que está envolvido na comunidade, é a questão da terra", relatou Iracema.

Durante o ato, lideranças quilombolas denunciaram a conjuntura de conflitos fundiários que impactam os territórios quilombolas da Chapada Diamantina. Lauro Roberto, liderança do quilombo Vazante, em Seabra (BA), denunciou: "Querem nos eliminar, se não mata, inviabiliza a vida. Te tiram a terra, a água, vão tirando as condições de subsistência", explicou, apontando que este é um modelo predatório que impacta e destrói os modos de vida dos territórios. "Se instalam nas nossas terras desconsiderando todo ordenamento jurídico que trata dos povos quilombolas, dos povos tradicionais", relatou.

Entre os conflitos relatados, o turismo predatório, grilagem de terras e implantação de barragens, usinas eólicas e mineração, são recorrentes nos territórios quilombolas da Chapada Diamantina, ameaçando toda a biodiversidade, nas-

centes e as formas de subsistência e existência das comunidades.

O ato também contou com a presença das organizações que atuam em conjunto com as comunidades da região, entre elas: Comissão Pastoral da Terra, Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), Geografar, Associação Grãos de Luz e Griô, Observatório dos Conflitos Socioambientais da Chapada Diamantina (OCA), Escola Livre de Audiovisual (ELA), entre outras.

Durante o evento, também foi lançado o documentário dirigido pelo pesquisador e geógrafo Ginno Pérez "Águas da R-existência: histórias de vida e luta na Chapada Diamantina", que retrata os processos de territorialização das comunidades tradicionais, através dos depoimentos de líderes indígenas, quilombolas, assentados e pesquisadores. Segundo Rodrigo Fiusa, diretor de fotografia, o documentário apresenta "uma relação indissolúvel entre corpo e território", das comunidades tradicionais da Chapada.

## Salto de Violência

O ano de 2017 é marcado por um salto de violência no campo, no Brasil. Neste ano, a Comissão Pastoral da Terra registrou a ocorrência de cinco Massacres no Campo que vitimaram 32 pessoas, sendo estes: Colniza (MT), Vilhena (RO), Pau D'Arco (PA), Iúna (BA) e Canutama (AM).



Foto: Thomas Bauer

O caso do Massacre de Iúna, enquanto emblemático para o Estado da Bahia e comunidades quilombolas da Chapada Diamantina, traz o retrato da vulnerabilidade em que se encontram os territórios e comunidades tradicionais diante do avanço de empreendimentos, do latifúndio e consequentemente, dos conflitos agrários.

Embora a tese majoritária, levantada pela Polícia Militar da Bahia, tenha sido associação à disputa pelo tráfico de drogas na região, observa-se que o fato de lideranças quilombolas aparecerem como as

principais vítimas dos crimes levanta hipótese de conflito agrário, considerando que a comunidade é historicamente impactada pelo avanço do agronegócio e mineração.

O território de Iúna iniciou o processo de regularização fundiária em 2010, tendo a conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RITD) concluído em 2015, o que ocasionou uma ofensiva contra a comunidade, que passou a sofrer violências e violações de direitos. A titulação do território de Iúna por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2015, ocorreu após dez anos depois da Certidão de Autodeclaração ser emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) a pedido da Associação dos Pequenos Produtores e Pescadores de Iúna (APPR).

Iracema relatou ainda, durante o ato, que muitas famílias abandonaram a comunidade após o episódio, como também a única escola da comunidade, Escola Municipal Irineu Dutra, que ficou fechada por mais de um mês e só voltou a funcionar depois que a polícia, após recomendação do Ministério Público Federal (MPF), passou a realizar rondas no local. "A escola se fechou, não tinha alunos - tinha eu, a educadora e a merendeira. A noite pra gente dormir juntava, duas, três famílias na casa", contou.



Foto: Thomas Bauer



# Confira as ações dos dias da Amazônia e do Cerrado

#AMAZONIAÉAGORA

## NÃO CUSTA LEMBRAR

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS QUE TÊM A FLORESTA COMO MEIO DE SUBSISTÊNCIA, DEPENDEM DO SEU VOTO CONSCIENTE. MOBILIZE-SE

## O AMANHÃ DA AMAZÔNIA É AGORA



### Assine ou renove sua assinatura

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Exemplares: \_\_\_\_\_

#### Assinatura anual:

- Brasil ..... R\$ 10,00
- Para o exterior ..... US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 648-6 - Comissão Pastoral da Terra  
 CNPJ/PIX: 02.375.913/0001-18  
 Informações [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)

### COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS**  
 Mala Direta  
 Postal Básica  
 9912277124-DR/GO  
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA